

# IMPLICAÇÕES SOCIAIS DOS NOVOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA NA BAHIA

*Guaraci Adeodato Alves de Souza*

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute preocupações centrais da pesquisa “Novos padrões de reprodução demográfica e redefinição de estratégias de solidariedade e proteção social aos indivíduos”<sup>1</sup> e apresenta resultados reunidos na primeira etapa do projeto.

Coloca-se em foco as características mais salientes dos diferenciados padrões de reprodução demográfica, especialmente dos padrões de procriação e constituição de proles que se generalizaram e se consolidaram na Bahia, depois de 1980, tornando-se socialmente visíveis na virada do século, num momento de transformações macroeconômicas e sociopolíticas decisivas, que implicam a deterioração de condições de trabalho e de vida para uma parcela considerável da sociedade.<sup>2</sup> Esta análise pretende atualizar a visão sobre os movimentos de transformação sociodemográfica que se realizaram celeremente nos anos 90, mas sem se deter sobre suas determinações, já tratadas

em trabalhos anteriores (Souza, 1992, 1995, 1996, 2003; Souza e Muricy, 2001). O objetivo principal, agora, é identificar implicações da realização desses novos padrões sobre as condições de reprodução social e de estruturação dos grupos domésticos, e discernir seus significados, como uma sistematização necessária para orientar o avanço da pesquisa nas etapas subseqüentes, tendo em vista suas questões e hipóteses básicas.

Nessa etapa, estão sendo explorados, de um lado, trabalhos de diferentes autores que abordam questões pertinentes a esta análise; e, de outro, dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, inclusive micro-dados das amostras censitárias, para se apreenderem variações temporais e diferenças de padrões entre grandes estratos sociais e suas implicações mais imediatas para os atores sociais envolvidos, que resultam da ação combinada, compensatória ou contraditória, dos processos demográficos entre si.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Apoio: CNPq Bolsa de Produtividade em Pesquisa II, Bolsa IC PIBIC-UFBA e Laboratório de Análises Sociodemográficas do CRH-UFBA.

<sup>2</sup> Estudos de Ivo (2001), Borges (2001), Carvalho (2001), Borges e Druck (2002), realizados no CRH, analisam a natureza de tais transformações e de suas conseqüências nefastas.

<sup>3</sup> Importantes orientações para o processamento dos micro-dados e cruzamento de variáveis foram dadas pelos pesquisadores do NEPO-UNICAMP Estela M<sup>a</sup> Garcia Pinto da Cunha, Elizabete Dória Bilac, Alberto e Raquel Jacob. E Baiena Feijolo Souto, bolsista do PIBIC-UFBA integrada nesse projeto, realizou as principais atividades de processamento e sistematização de dados. Agradeço a colaboração de todos, esperando a continuidade desta profícua parceria.

Dois tipos de indicadores usuais e consagrados são privilegiados, como em trabalhos anteriores citados. Os do primeiro tipo são indicadores de fecundidade *atual* ou de momento *t*, formulados por modelos da análise demográfica (Taxa de Fecundidade Total e Coeficientes de Fecundidade Específicos por Idade, estimados por técnicas indiretas), que apreendem adequadamente diferenças de níveis e padrões etários da fecundidade e suas variações no tempo, com reduzida influência de fatores extrínsecos. Os do segundo são indicadores *acumulados* de fecundidade, de prolificidade das mães e de sobrevivência dos filhos,<sup>4</sup> que não aferem os aspectos acima, mas possibilitam uma aproximação dos impactos das tendências e diferenças da fecundidade ou dos jogos articulados da fecundidade, mortalidade e nupcialidade, sobre as carreiras reprodutivas de mulheres de distintas gerações e as dimensões das proles constituídas. E ajudam a construir um olhar analítico, menos abstrato e mais sociológico (relacional e histórico), sobre as implicações combinadas, compensatórias ou contraditórias desses fenômenos na realidade social, sem grandes saltos lógicos entre recortes analíticos quantitativos e qualitativos, macro e micro social. A riqueza analítica desse segundo tipo de indicador fica demonstrada numa antiga tradição de estudos sociodemográficos, como os referidos à transição demográfica na Europa, citados por Wrigley (1969), e os de Mortara (1970), Négadi e Vallin (1974), Merick e Berquó (1983), Quilodrán (1991), Cosío (1992), entre outros.

Para identificar configurações de composição dos grupos domésticos, em 2000, resultantes das mudanças demográficas analisadas, construiu-se uma listagem de categorias de combinações de

membros do grupo doméstico com vínculos genealógicos com o responsável, segundo momento do ciclo de vida desse, a partir de micro-dados das amostras de domicílios e de indivíduos do Censo Demográfico de 2000 (ver anexo).

Na primeira parte do artigo, descrevem-se as novas tendências da fecundidade, com base nos primeiros indicadores, tecendo-se considerações sobre seus significados e suas manifestações recentes em diferentes segmentos sociais, buscando-se discernir implicações diretas dessas tendências para as experiências de procriação, formação de proles e descendências, ao longo das carreiras reprodutivas das mulheres de distintas gerações, com uso do segundo tipo de indicador.

Na segunda parte, busca-se identificar as principais implicações das mudanças (combinadas, compensatórias ou contraditórias) na fecundidade, nupcialidade e mortalidade infantil sobre as dimensões das proles ou descendências e composição dos grupos domésticos e se analisam os principais achados empíricos referentes aos tipos configurações de composição e estrutura dos grupos domésticos identificados no quadro social da Bahia, em 2000.

Na última parte, são tecidas considerações finais sobre os significados e repercussões das tendências e configurações analisadas, que revelam especificidades do quadro social caracterizado por um maior envelhecimento macro-demográfico, algo realmente novo na Bahia. Levam-se em conta possíveis dificuldades, decorrentes tanto das redefinições na estrutura produtiva e realização de políticas macroeconômicas – que resultam em redução das possibilidades de emprego e deterioração da remuneração do trabalho –, quanto da reorientação das políticas sociais, no sentido de sua crescente focalização e limitação a objetivos de mera compensação de perdas de condições de vida e de direitos sociais (Ivo, 2001). Além disso, são avaliadas hipóteses originais do projeto de pesquisa, indicando-se a necessidade de sua reformulação face aos achados empíricos mais expressivos, tendo em vista a continuidade da investigação nas etapas subseqüentes.

<sup>4</sup> Indicadores tais como: n° médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher, até dada idade; n° médio de filhos tidos nascidos vivos por mãe, até dada idade; proporção de mães entre mulheres em idade reprodutiva, segundo idade; n° médio de filhos sobreviventes por mãe, à data do Censo, segundo idade. São referidos à experiência cumulativa de procriação de mulheres de distintas gerações, ao longo das suas carreiras reprodutivas até dada idade, certamente afetados por fatores extrínsecos, como outros indicadores sociais ou sociodemográficos que refletem as condições concretas da vida social.

## OS NOVOS PADRÕES DE PROcriação RESTRITA: significados e implicações para as carreiras reprodutivas das mulheres

Os padrões de sucessão das gerações que se generalizaram e se consolidaram na Bahia, a partir dos anos 80, são muito distintos dos que vigoravam na primeira metade do século XX,<sup>5</sup> pois envolvem lógicas de estruturação bem diferentes e se caracterizam, de modo geral, por uma procriação muito mais restrita e jovem, uma elevada sobrevivência dos filhos nascidos vivos, uma extensa longevidade para os que atingem a idade adulta e uma menor duração das uniões conjugais, combinada a uma maior frequência de segundas e terceiras uniões (Souza, 1996, 2001). Em decorrência disso, estão levando a outros resultados imediatos no que tange às dimensões das proles e descendências, às estruturas das famílias e grupos domésticos construídos, aos ambientes de sociabilidade estabelecidos pelas redes de relação intra e inter familiar, inclusive entre membros de gerações com nexos de descendência. Os significados dos desdobramentos e implicações dessas mudanças precisam ser analisados de modo mais detido, porque foram muito amplas e remetem a dimensões centrais da vida social.

Entre as tendências mais decisivas para essa configuração dos novos padrões de sucessão das

gerações, nessa virada de século, destaca-se a de declínio acentuado e socialmente generalizado da fecundidade. A Taxa de Fecundidade Total<sup>6</sup> para o conjunto das baianas passou de 6,21 filhos por mulher, em 1980, para 3,69 em 1991 e para 2,48 em 2000; isto é, declinou 60% em duas décadas. E se vê, na Tabela 1, que essa tendência, entre 1991 e 2000, foi mais acentuada (de 28,16%) entre as mulheres com pouca ou nenhuma escolaridade (até 3 anos de estudo), em geral as mais pobres.

Em anos anteriores a 1991, a TFT já estava em patamares razoavelmente baixos, entre aquelas com 4-7 anos de estudo, e abaixo do nível de reposição,<sup>7</sup> entre as que atingiram 8 anos e mais de estudo. Mesmo entre essas mulheres, a TFT se reduziu fortemente na última década, respectivamente, 18,02% e 20,54%.

Apesar das características gerais comuns dos novos padrões de sucessão das gerações e de procriação, em 2000, persistiram diferenças marcantes de padrões segundo segmentos sociais, que não se resumem a desníveis da TFT, que refletem intensidades distintas de procriação.

Da ótica da análise demográfica, um primeiro elemento que diferencia padrões correntes entre si é a distribuição etária da fecundidade, registrada na forma da curva dos Coeficientes de Fecundidade Específicos por Idade, que expressa a velocidade média das experiências de procria-

Tabela 1 - Taxa de Fecundidade Total, segundo anos de estudo - Bahia 1991 e 2000

Anos de estudo	1991	2000	1991-00 (%)
até 3 anos	5,15	3,70	28,16
4 a 7	3,33	2,73	18,02
8 e +	1,85*	1,47*	20,54
Total	3,69	2,48	32,79

Fonte: IGBE - Micro dados dos Censo Demográficos de 1991 e 2000.

\* Abaixo do nível de reposição

<sup>5</sup> Ao enfatizar os padrões de procriação consolidados na Bahia, depois de 1980, não estou aceitando a afirmativa de que a “transição da fecundidade”, no Brasil e na Bahia, teve início recente, a partir de meado dos anos 60 do século XX. Já demonstramos (Souza, 1996) que esse processo começou depois da Abolição e Proclamação da República e se desdobrou lentamente até os anos 70, com avanços e recuos.

<sup>6</sup> Taxa de Fecundidade Total (TFT) mede o número de filhos procriados, em média, pelas mulheres de 15-49 anos, nos 5 anos imediatamente anteriores à data do Censo.

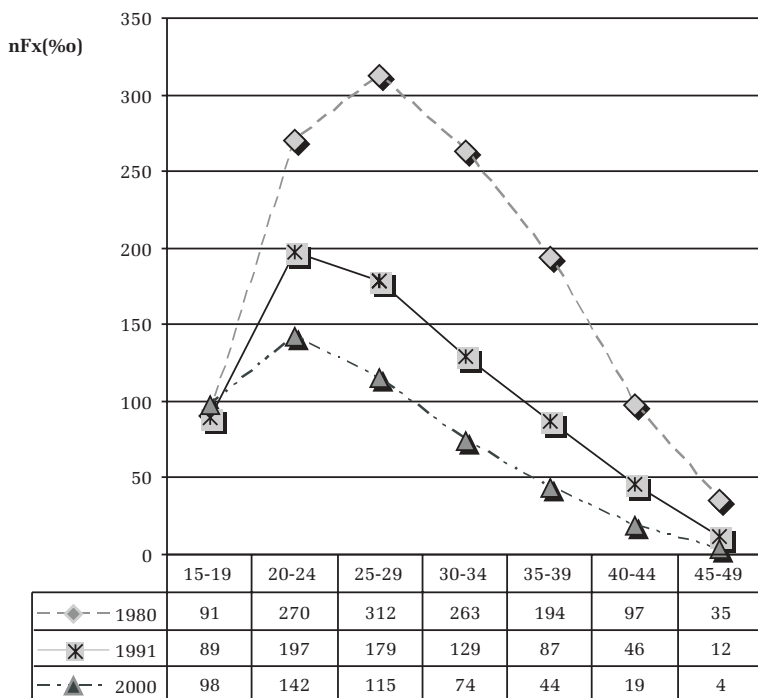
<sup>7</sup> TFT abaixo de 2,1 filhos por mulher.

ção de mulheres de diferentes gerações, no quinquênio anterior à data do Censo de referência. Assim, é importante observar no Gráfico 1 que, ao declinar a fecundidade, entre 1980 e 2000, verificou-se uma generalizada e forte mudança estrutural, no sentido do rejuvenescimento da fecundidade.

repercussão.

Apesar da ampla generalização com que ocorreram essas transformações de mesmo sentido geral, elas se realizaram com diferenças significativas, eliminando desigualdades de um lado e recriando outras. Pode-se ver, no Gráfico 2, pelos Coeficientes de Fecundidade Específicos por Idade para 3 classes de anos de estudo, tomadas como representativas de segmentos sociais distintos, que, entre 1991-2000, reduziram-se as diferenças de nível específico de quase todos os grupos de idade, excetuando-se o do grupo de 15-19 anos, que aumentou. Isso, contudo, não eliminou diferenças de padrão etário entre os distintos segmentos sociais até 2000, que apresentaram novas características. Os desníveis a partir dos 20-24 anos são bem significativos, sobretudo entre 20-34 anos, fase de vida reprodutiva que costuma apresentar maior intensida-

Gráfico 1 - Coeficientes de Fecundidade Específicos por Idade - Bahia 1980-2000



Fonte: IBGE - Censos Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

O ponto máximo dessa curva dos nFx, que se situava, até 1980, no grupo etário de 25-29 anos, deslocou-se para o de 20-24 anos, havendo forte elevação (10%) no grupo de 15-19 anos, entre 1991-2000, e declínios muito acentuados e crescentes em termos relativos, a partir dos 20-24 anos de idade. A idade média da fecundidade na Bahia reduziu-se de 28,3, em 1991, para 26,5 em 2000, e isso implicou certo aumento na velocidade de reposição das gerações, que tende a suavizar impactos do declínio da fecundidade.

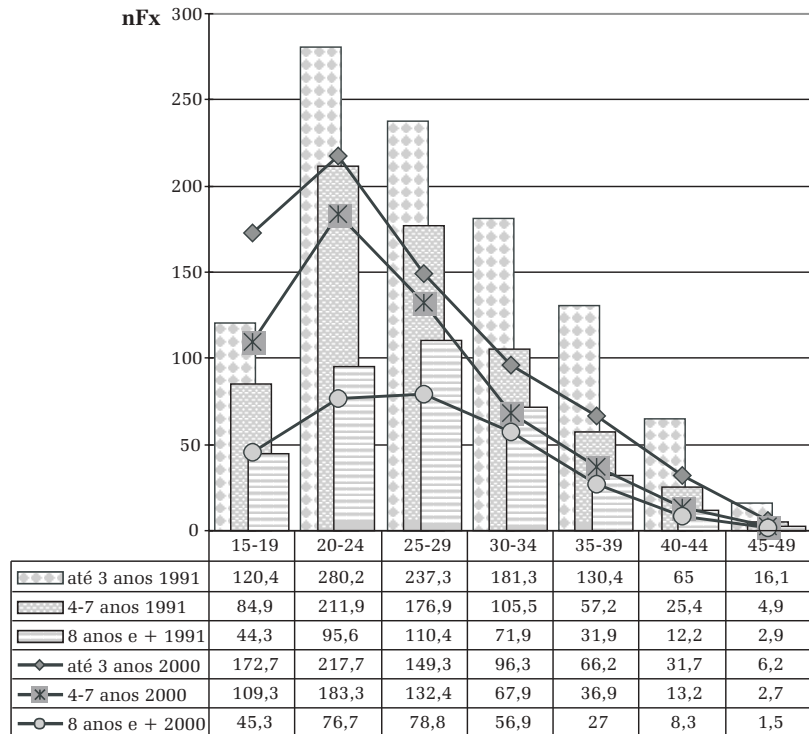
Berquó e Cavenhagi (2004) e outros autores já mostraram que isso ocorreu nas várias regiões país, em áreas rurais e urbanas, evidenciando que se trata de uma mudança macro-social de ampla

de de procriação.

Em 2000, as curvas referentes às mulheres com menos de 3 anos e 4 a 7 anos de estudo apresentam maior semelhança entre si, embora o padrão das menos escolarizadas seja bem mais jovem que o daquelas com 4 a 7 anos de estudo. A curva de fecundidade para as que têm 8 anos e mais de estudo continuou mais envelhecida que a das menos escolarizadas e apresenta conformação bem diferente. Ou seja: tem cúspide dilatada, e o nível máximo situa-se nos 25-29 anos, ligeiramente mais alto que a do grupo de 20-24 anos, sendo também significativo entre 30-34 anos.

Entre as mulheres mais escolarizadas, especialmente entre as que cursam o 2º e 3º graus, é

**Gráfico 2 - Tendências dos Coeficientes de Fecundidade Específicos por idade, segundo anos de estudo - Bahia 1991-2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

muito freqüente que as experiências de constituição de proles se iniciem ou se realizem plenamente nessa última faixa etária (30-34 anos), na qual mulheres de outros segmentos sociais costumam encerrar suas carreiras reprodutivas, iniciadas em idades mais jovens e caracterizadas por uma maior prolicidade.

Essas diferenças de padrão etário da fecundidade apontam para a existência (na vida social concreta) de uma boa variabilidade de práticas e estratégias de exercício da sexualidade, de casamento e de procriação entre distintos segmentos sociais e no interior deles, ainda pouco estudados na Bahia. Do mesmo modo, as alterações nas formas das curvas indicam o quão impactante podem ter sido as redefinições nos sistemas de práticas e estratégias vividas para os atores sociais que as experimentaram no período em foco. Entretanto, as características dos novos sistemas de práticas e estratégias dessa natureza e seus significados para os atores sociais envolvidos não se ex-

pressam em categorias censitárias, só podendo ser apreendidas através de pesquisa de campo, incluindo recortes qualitativos, o que será realizado numa segunda etapa do projeto em foco.

O Gráfico 2 mostra que o rejuvenescimento da fecundidade no período resultou de dois movimentos combinados. O primeiro foi o de encerramento das carreiras reprodutivas em idades cada vez mais jovens (30-34 ou 25-29 anos), na medida em que as mulheres evitavam filhos adicionais, ou ir além do terceiro, e se expressa no deslocamento das curvas para a esquerda. E o segundo, o de diminuição da idade de

início das experiências de procriação, inclusive para baixo da maioridade legal, ou de aumento da proporção de mães muito jovens com experiências dessa natureza, o que fez elevar os coeficientes específicos de 15-19 anos.

Essa última tendência contrária, em parte, a lógica da redução generalizada da fecundidade associada ao uso corrente de meios eficazes de restrição da procriação, cuja oferta foi muito ampliada depois de 1980, e, por isso mesmo, suscita certa perplexidade dos pesquisadores. E foi bem mais acentuada entre jovens de 15-19 anos com até 3 anos de estudo, cujos coeficientes elevaram-se 43,4% entre 1991-2000. Para as que tinham 4 a 7 anos de estudo elevaram-se 28,7% e para as que tinham 8 anos e mais de estudo subiram apenas 2,3%. O n° médio de FTNV por mulher de 15-19 anos, para o conjunto de jovens de todos os anos de estudo, confirma o aumento: passou de 0,15 filho por mulher, em 1991, para 0,19 em 2000, ou seja, cresceu 26,66%. Contudo, o n° médio de

FTNV por mãe de 15-19 anos até a data do censo (a prolificidade das mães) reduziu-se -6,01%, passando de 1,33 filhos por mãe, em 1991, para 1,25 filhos por mãe, em 2000. Assim, a fecundidade dessas jovens aumentou, não porque as que se tornavam mães precocemente passaram a procriar mais intensamente, de uma geração quinquenal a outra, mas porque elevou muito (37,28%) a proporção de jovens de 15-19 anos que se tornavam mães: respectivamente de 10,97% em 1991, para 15,06% em 2000. Essa é uma tendência que, associada a outras, como se verá adiante, pode estar implicando aumento de grupos domésticos, com incorporação de netos do responsável.

As velhas e novas diferenças de padrão etário da fecundidade constituem clara evidência de que o declínio generalizado e acentuado da fecundidade não está levando a uma uniformização social de padrões de procriação, pela difusão de um modelo ideal único de família pequena, como defende a *hipótese da convergência*, variante da Teoria da Transição Demográfica (Souza, 1992), surgida nos anos 90. Elas atestam que a mudança em curso não está consolidando um único padrão de procriação restrita, ou um único sistema de práticas e estratégias sociais referidas ao exercício da sexualidade, ao casamento e à procriação, em todos os segmentos sociais. Mesmo entre as que procriam entre 1 e 3 filhos, ao longo de suas carreiras reprodutivas, isso se concretiza através de formas e ritmos variados imbricados em distintos sistemas de práticas vividas, afetados pelas circunstâncias de vida (Souza, 2003). São bem diversos os significados e implicações do fato de se ter um *filho único* ou 3 filhos na vida dos sujeitos envolvidos.

Além disso, num contexto social no qual as desigualdades sociais de toda ordem se mantiveram agudas ou se agravaram, dificilmente se teria uma homogeneização das experiências dessa natureza, tão sensíveis às variações de condições materiais de vida e de expectativas ante as possibilidades de futuro socialmente dadas aos diferentes atores sociais.

Os dados da Tabela 2 para 2000, referentes

à distribuição relativa das baianas nas 3 classes de anos de estudo consideradas, por grupos de idade e número de filhos procriados (nenhum filho, 1 a 3, 4 a 5 e 6 e mais filhos nascidos vivos), corroboram a hipótese de diferenciação de padrões ou de redefinição dos perfis de diferenças.

Indicam, claramente, que padrões diferentes de procriação (novos e velhos) continuam praticados pelas baianas de distintos segmentos sociais, levando a um número variável de nascidos vivos, embora, no presente contexto, haja forte predominância das experiências de procriação restrita, de 1 a 3 filhos que envolvem 40,37% das mães de 15-49 anos com até 3 anos de estudo, 44,92% daquelas com 4-7 anos de estudo e 45,00% das com 8 anos e mais. Além disso, há significativa proporção de mulheres sem filhos, que chega a quase 50% na classe de maior escolaridade, sendo de 70,55% as que nessa classe têm entre 15-29 anos e ainda não iniciaram suas carreiras reprodutivas, que são bem mais tardias que as das demais; algo também compatível com uma fecundidade abaixo do nível de reposição desde anos precedentes a 1991 (Tabela 1).

Portanto, são as mulheres com 4-7 e 8 e mais anos de estudo que, em mais alta a proporção, vêm procriando entre 1 e 3 nascidos vivos, ao longo de suas carreiras reprodutivas, e num patamar bem acima do que o encontrado em 1970 e 1980 (Souza, 1996; Souza e Muricy, 2001). E essa proporção é ainda mais expressiva entre as que estão em faixas etárias não muito jovens, correspondentes quer a um momento decisivo das carreiras reprodutivas de algumas (30-39 anos), quer a uma fase onde essas carreiras já foram encerradas (40-49 anos). Ou seja, tiveram de 1 a 3 filhos até 2000, respectivamente: a) 60,17% e 43,96% daquelas com 4-7 anos de estudo, nas faixas etárias de 30-39 anos e 40-49 anos; b) 69,07% e 66,32% daquelas com 8 e mais anos de estudo, nas faixas etárias de 30-39 e 40-49 anos. E o peso relativo das mulheres nas duas classes de maior escolaridade (4-7 e 8 e mais anos de estudo) no conjunto de mulheres em idade reprodutiva aumentou, no período analisado, passando a representar, em 2000, respectivamente

**Tabela 2 - Proporção de mulheres em grandes grupos etários, segundo número de filhos procriados e classe de anos de estudo - Bahia, 2000**

<b>Mulheres com até 3 anos de estudo</b>					
<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>	<b>Nenhum filho (%)</b>	<b>1-3 filhos(%)</b>	<b>4-5 filhos(%)</b>	<b>6 filhos e + (%)</b>
15-29 anos	462.754	42,74	47,17	8,35	1,74
30-39 anos	317.548	10,07	44,46	26,75	18,73
40-49 anos	299.519	7,54	25,52	23,91	43,03
Todas as idades	1.079.821	23,37	40,37	18,07	18,19
	30,77%				
<b>Mulheres com 4- 7 anos de estudo</b>					
<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>	<b>Nenhum filho (%)</b>	<b>1-3 filhos(%)</b>	<b>4-5 filhos(%)</b>	<b>6 filhos e + (%)</b>
15-29 anos	708.566	58,27	38,90	2,52	0,31
30-39 anos	234.885	9,09	60,17	18,77	6,43
40-49 anos	148.263	6,60	43,96	27,77	21,67
Todas as idades	1.091.714	40,79	44,92	9,68	4,61
	31,10%				
<b>Mulheres com 8 anos e + de estudo</b>					
<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>	<b>Nenhum filho (%)</b>	<b>1-3 filhos(%)</b>	<b>4-5 filhos(%)</b>	<b>6 filhos e + (%)</b>
15-29 anos	783.959	70,55	28,71	0,64	0,10
30-39 anos	346.302	23,34	69,07	6,08	1,51
40-49 anos	207.976	13,53	66,32	13,78	6,37
Todas as idades	1.338.237	49,47	45,00	4,09	1,44
	38,12%				

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000, micro dados da amostra.

te: 32,10% e 38,12% (um total de 70,22%), proporções muito acima das encontradas em 1970 e 1980 (Souza e Muricy, 2001, p.70).

Esses padrões de procriação restrita parecem bem consolidados e não se pode esperar uma reversão dessas configurações em futuro próximo, com uma eventual onda de melhoria de condições de vida, inclusive porque uma alta parcela de mulheres ainda jovens encerrou suas carreiras reprodutivas através da esterilização (Souza, 1992,1996).

De todo modo, a visibilidade social das experiências de constituição de proles e descendências de tamanho médio e grande, vividas em décadas passadas, por mulheres que chegam a 2000 com 40 anos ou mais, alimenta a percepção de senso comum de que a fecundidade da maioria das baianas pobres e menos escolarizadas, no auge

de suas carreiras reprodutivas, mantém-se nos altos patamares em que sempre esteve. Parte do debate social sobre isso continua reproduzindo essas falsas impressões.

Entretanto, em 2000, só se observa proporção expressiva de mães muito prolíficas (que procriaram 6 e mais nascidos vivos até a data do censo), de 43,03%, na primeira classe de escolaridade e no grupo geracional que chega a esse ano com 40-49 anos, na maioria dos casos com as carreiras reprodutivas encerradas. Essas mães, com pouca ou nenhuma escolaridade e mais velhas, estiveram expostas a circunstâncias de vida bem distintas das que influíram em outros grupos e das que prevaleceram depois dos anos 80, pois viveram momentos iniciais de suas carreiras reprodutivas (entre os 15-29 anos) numa fase da vida social, como descrita em Souza (1996), na qual o declínio

da fecundidade nas classes populares na Bahia apenas começava a se acelerar por influência de vários fatores, inclusive de um maior acesso a meios mais eficazes de restrição da procriação; ou seja, entre 1965 - 1980, no caso das mais velhas (nascidas em 1950), e entre 1975 - 1990, para mais jovens (nascidas em 1960). Finalmente, é importante considerar que essas mães representam um percentual muito pequeno (3,7%) no conjunto das baianas em idade reprodutiva (15-49 anos).

Pelo que se detalhou acima, pode-se dizer que o forte e generalizado declínio da fecundidade e a consolidação dos novos padrões de procriação restrita na Bahia, combinados com outras tendências demográficas a seguir discutidas, vêm afetando o quadro social quanto ao tamanho e composição das proles, descendências e grupos domésticos, configurando novos ambientes de sociabilidade intra e inter familiar, mas não necessariamente no sentido de criar condições mais favoráveis de reprodução social dos envolvidos.

### A ARTICULAÇÃO DE TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E AS MUDANÇAS NO TAMANHO E COMPOSIÇÃO DAS PROLES E GRUPOS DOMÉSTICOS

Vale ressaltar que o número de filhos procriados não mede o tamanho das proles efetivamente constituídas até dado momento, nem das

descendências completas. Este é definido pelo número de filhos nascidos vivos que sobrevivem para além dos primeiros momentos da infância, seguindo os seus ciclos de vida (Azevedo, 1987; Carvalho, 2004). No plano micro-demográfico, os acréscimos “vegetativos” aos grupos domésticos (os filhos procriados que permanecem vivos) também resultam da ação combinada de fecundidade e mortalidade.

Assim, para se avaliar como a redução da mortalidade infantil, no período 1980-2000, influiu nas redefinições do tamanho e composição das proles e descendências e grupos domésticos, de modo combinado com a redução da fecundidade, pode-se usar o indicador N<sup>o</sup> Médio de Filhos Sobreviventes até a data do Censo, por mãe (mulher prolífica), segundo idade e classes de anos de estudo (Tabela 3), que é uma boa aproximação do tamanho médio das proles e descendências construídas, ao longo das carreiras reprodutivas de mães de distintas gerações e segmentos sociais, até a data do Censo. Não se trata de um indicador refinado, livre dos efeitos líquidos de tendências passadas, do tipo que a análise demográfica formal, com bons fundamentos, se esmera para construir. Contudo, contém o interesse metodológico já referido: viabiliza melhor aproximação sociológica aos impactos de mudanças nas condições de procriação e de sobrevivência dos filhos sobre as carreiras reprodutivas e as dimensões das proles e descendências.

Tabela 3 - Tamanho médio de proles, por classes de anos de estudo e grandes grupos etários - Bahia, 1991-2000

Grupos Etários	até 3 anos	4-7 anos	8 anos e +
		<b>1991</b>	
15-29	2,31	1,96	1,63
30-39	4,50	3,45	2,42
40-49	5,85	4,58	2,99
		<b>2000</b>	
15-29	2,21	1,75	1,43
30-39	3,64	2,84	2,08
40-49	5,03	3,85	2,75

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.



Não é exagero dizer que a redução da mortalidade infantil, depois de 1980, foi também uma mudança de grande impacto social, que suavizou o efeito de redução do número de filhos produzido pela queda da fecundidade e afetou muito o porte das proles e descendências e a composição dos grupos domésticos, introduzindo novos elementos às condições de sociabilidade familiar, incentivando a escolha da esterilização como meio técnico preferido para o encerramento das carreiras reprodutivas. Em 1980, a Taxa de Mortalidade Infantil na Bahia equivalia à do Nordeste e era uma das mais altas do Brasil, situando-se por volta de 117‰ (IBGE, 1999) – cento e dezessete óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos. Mas caiu para 64,14‰, em 1991, e para 41,04‰, em 2000, implicando declínios expressivos de, respectivamente, -45% e -36%. E isso teve um peso decisivo na elevação da expectativa de vida ao nascer, que passou de 57,79 anos em 1980, para 64,74 anos em 1991 e para 70,50 anos em 2000.

A Tabela 3 mostra que, apesar dos elevados ganhos de sobrevivência infantil a partir de 1980, os tamanhos médios das proles construídas reduziram-se bastante, de 1991 a 2000, para as mulheres de todos os grupos etários a partir dos 25 anos, nas 3 classes de anos de estudo, porque o declínio da fecundidade foi muito acentuado e crescente com a idade. Mas aumentou entre as menos escolarizadas de 15-19 e teve pequena queda entre as de 20-24 anos, possivelmente as mais beneficiadas pela redução da mortalidade infantil, por estarem na classe modal da fecundidade (Gráfico 2), onde é mais recorrente o início das carreiras reprodutivas nas 2 classes de menor escolaridade. Para essas últimas, a forte redução da mortalidade infantil teve um efeito de suavizar mais a diminuição dos tamanhos médios das proles.

Essa tabela destaca, em cinza escuro, os grupos geracionais e as classes de anos de estudo nas quais foram mais recorrentes as experiências de constituição de proles e descendências médias ou grandes – mais de 4 filhos sobreviventes por mãe – vividas em anos anteriores a 1991 e a 2000. Nela, vê-se que, em 1991, as mães com essas médias de

filhos sobreviventes eram as que cursaram até 3 anos ou 4-7 anos de estudo, pertencentes a gerações nascidas entre 1940-1960, e que viveram suas carreiras reprodutivas numa fase da vida social da Bahia na qual se intensificava ou se reduzia pouco a fecundidade e se expandiam os horizontes de sobrevivência dos filhos em amplas parcelas das camadas populares (Souza, 1996; Souza e Muricy, 2001), permitindo que as experiências de morte de filhos pequenos ou recém-nascidos se tornassem cada vez menos frequentes.

Já em 2000, são pouco frequentes essas proles ou descendências completas muito numerosas reunindo filhos de diferentes gerações, tendo um peso mais expressivo somente entre aquelas com até 3 anos de estudo e com 40 anos e mais de idade. São essas as que apresentam médias de 5 ou mais filhos sobreviventes por mãe, em 2000; nas demais idades e classes de anos de estudo, a média está sempre abaixo de 4.

Parece plausível a hipótese de que essas configurações de proles e descendências pequenas, consolidadas nesse final de século, agora e por vários anos, tenham precedência como referências práticas para a orientação de conduta para as novas gerações, podendo ser consideradas como elementos (estruturados e estruturantes) das circunstâncias atuais de vida que tendem a contribuir para a persistência histórica dos novos padrões de sucessão das gerações.

Nos anos 70, a redução da mortalidade infantil levou a uma suavização mais clara da diminuição dos tamanhos médios das proles, devido à menor redução da fecundidade, e, nos segmentos menos escolarizados e mais pobres, chegou a implicar certo aumento das médias de filhos sobreviventes por mãe, em alguns grupos etários (Souza, 1996).

No quadro social da Bahia, em 2000, o conjunto de mães dessas gerações mais velhas (40 anos e mais) que viveram essas experiências passadas, muitas com carreiras reprodutivas encerradas há mais de uma década, representa uma alta proporção (49,34%) de todas as mães de 15 anos e mais; algo compatível com o maior envelhecimento

macro-demográfico. Como em alta frequência experimentaram padrões de procriação intensa e se beneficiaram de significativas conquistas de sobre-

**Tabela 4 - Tamanho médio de prole de mães\* com 40 anos e mais, segundo idade e anos de estudo - Bahia, 2000**

Idade	até 3 anos	4-7 anos	8 anos e +
40-44	4,75	3,66	2,62
45-49	5,32	4,11	2,94
50-54	5,88	4,66	3,31
55-59	6,12	5,03	3,83
60-64	6,15	5,47	4,22
65 e mais	5,69	5,12	4,40

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.  
\* N° médio de filhos sobreviventes por mãe

vivência e longevidade, para si e seus filhos, apresentam, nos dias atuais, proles e descendências grandes (Tabela 4), compondo grupos domésticos e estruturas familiares mais complexas, como mostra o Quadro 1.

Essas últimas configurações, possivelmente, envolvem maior sobrecarga para as condições materiais de vida das famílias, inclusive de trabalho e habitação, e para a sustentação das estratégias de proteção e ajuda mútua aos seus membros, especialmente nessa conjuntura de virada para o século XXI, que precisam ser mais bem conhecidas em trabalho de campo.

Algumas mudanças na nupcialidade ou nos padrões de casamento e exercício da sexualidade (um dos componentes intrínsecos da sucessão das gerações), articuladas às tendências discutidas, vêm também incidindo sobre o tamanho, a composição e a estrutura dos grupos domésticos. Entre elas, vale citar: aumento da frequência de uniões conjugais, variações para mais ou para menos na idade ao casar em diferentes segmentos sociais, redução na duração das uniões, novos modos e condições de se desfazerem uniões ou de se estabelecerem novos laços conjugais e de passar pela experiência de vida conjugal e familiar.

As configurações mais recorrentes de composição dos grupos domésticos, em 2000, resul-

tantes, em boa medida, da combinação de tendências discutidas, aparecem no Quadro 1 destacadas em cinza escuro.

Este quadro foi construído com micro-dados das amostras de domicílios e de indivíduos do Censo Demográfico de 2000 e apresenta categorias de combinações possíveis de membros do grupo doméstico com vínculos genealógicos com o responsável pelo domicílio ou com seu cônjuge (filho ou enteado, pais ou sogros, neto ou bisneto de ambos os sexos), segundo o momento do ciclo de vida deste (até 39 anos, 40-64 anos, 65 anos e mais), com as frequências correspondentes. E consiste em simplificação de lista original, em anexo, que agrega categorias similares entre si que apresentaram frequências muito baixas ou nulas, tais como as categorias 8 e 10; 18 e 26; 20 e 27; 11 e 17.<sup>8</sup>

Não se pretendeu construir uma tipologia de família, mas **discernir** e **quantificar** configurações mais recorrentes de composição e estrutura do grupo doméstico, que envolvem a convivência de duas ou mais gerações com elos genealógicos com o responsável pelo domicílio ou com seu cônjuge, e que vêm resultando da realização dos novos padrões de sucessão das gerações, na conjuntura da virada do século. Com isso, busca-se avançar na análise de aspectos não abordados em projetos anteriores da mesma linha de pesquisa, seguindo proposições teórico-metodológicas formuladas em trabalhos anteriores (Souza, 1990, 1996, 2003).

No Quadro 1, podem-se distinguir cinco tipos básicos de composição do grupo doméstico: T1) pessoa sozinha; T2) casal; T3) casal e filhos, ou responsável (sem cônjuge) e filhos; T4) casal, filhos e netos, ou responsável (sem cônjuge), filhos e netos, ou ainda, casal ou responsável com netos, sem a presença de filhos; T5) casal, pais do

<sup>8</sup> Na lista original, figuram as frequências absolutas e relativas de cada categoria, e se incluem, na categoria "sem classificação", todos os casos que não se aplicam ao recorte buscado (membros de domicílios coletivos, e membros de domicílios residenciais sem nexos genealógicos com o responsável ou seu cônjuge, tal como parentes colaterais, empregados e agregados), que apresentaram baixas frequências.

Quadro 1 - Composição dos grupos domésticos, segundo idade dos responsáveis - Bahia, 2000

Tipo de Composição	Categ.	Descrição	Responsáveis pelo domicílio por idade		
			até 39 anos (%)	40-64 anos (%)	65 anos e+ (%)
T1	1	Responsável só	11,6	9,7	22,8
T2	2	Responsável + cônjuge (casal)	10,9	6,4	14,1
1 só ou casal		<b>Sub-total 1</b>	<b>22,5</b>	<b>16,1</b>	<b>36,8</b>
T3 2 gerações	3	Responsável + cônjuge + filhos <18 anos	62,7	23,6	3,5
	4	Responsável + filhos <18 anos	9,4	4,1	0,8
	5	Responsável + cônjuge + filhos 18-29 anos	0,2	6,9	4,5
	6	Responsável + filhos 18-29 anos	1,2	9,1	2,6
	7	Responsável + cônjuge + filhos <18 anos + filhos 18-29 anos	1,9	18,1	2,7
	8 e 10	Responsável + cônjuge + filhos 30 anos e + (ou outros Filhos)	0,1	1,7	6,8
	9	Responsável + filhos 30 anos e +	0,0	1,5	8,2
		<b>Sub-total 2</b>	<b>75,5</b>	<b>65,0</b>	<b>29,2</b>
T4 ou 2 com intervalo	18 e 26	Responsável + cônjuge + netos (+ pais do resp)	0,0	0,9	4,6
	19	Responsável + netos	0,0	0,8	5,7
	20 e 27	Responsável + cônjuge + netos + filhos <18 anos (+ pais)	0,2	1,1	0,6
	21	Responsável + netos + filhos <18 anos	0,1	0,3	0,2
	22	Responsável + cônjuge + netos + filhos 18-29 anos	0,3	7,3	4,3
	23	Responsável + netos + filhos 18-29 anos	0,3	4,4	2,1
	24	Responsável + cônjuge + netos + filhos 30 anos e +	0,0	1,4	6,8
	25	Responsável + netos + filhos 30 anos e +	0,0	1,9	9,2
		<b>Sub-total 3</b>	<b>0,9</b>	<b>18,1</b>	<b>33,5</b>
T5	11 e 17	Responsável + cônjuge + pais do responsável (ou filhos)	1,1	0,9	0,5
<b>Total dos classificados</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000, micro dados da amostra.

responsável ou do cônjuge e, eventualmente, filhos.

Comparando-se as configurações segundo chefes em idades muito distintas, vê-se que os domicílios com pessoa que mora só têm elevada frequência (22,8%) entre os responsáveis com 65 anos e mais, embora tenham algum significado entre os responsáveis com até 39 anos (11,6%) e com 40-64 anos (9,7%) e apresentam maior recorrência que o tipo 2, o do casal sozinho. Contudo, é importante destacar que os responsáveis por domicílios com 65 anos e mais têm, em 2000,

um peso relativo bem menor (15,90%) que os responsáveis de 40-64 anos (44,79%) e de menos de 40 anos (39,30%), apesar do grande crescimento médio anual desse grupo etário no conjunto da população baiana (3,16% ao ano), entre 1991-2000 (Belas, 2003, p.56); trata-se do grupo etário que mais cresceu na década, acelerando muito o grau de envelhecimento macro-demográfico da Bahia.

A elevação da frequência dessa composição de grupo doméstico (T1) decorre, a um tempo, do aumento das separações e da longevidade (sobretudo da mulher) e da ampliação das conquistas de

autonomia feminina (Berquó, Oliveira e Cavenaghi, 1996; Oliveira e Berquó, 1990; Garcia e Rojas, 2002). E pode estar implicando aumento dos encargos das mulheres maduras e idosas quanto à proteção social dos membros mais vulneráveis da família (Dávila e Sánchez-Ayénde, 1996; Goldani, 1998; León e Parker, 2000; Salles e Tuirán, 2000; Oliveira, 2001).

Estão sendo construídos novos recortes e comparações com dados censitários de 1991, para se reunirem resultados mais conclusivos. É que, em geral, são os adultos maduros os principais operadores desses sistemas de solidariedade e proteção aos indivíduos, que assumem os encargos de criação e socialização de filhos, próprios ou de outros, e de cuidados com os idosos ou doentes, dentro da própria rede de parentesco ou para além dela, assim como atuam com sistemas de reciprocidade de apoios em rede social mais abrangente (Bott, 1976; Quesnel e Lerner, 1989). E a mulher adulta tem uma clara centralidade na operação desses tipos de mecanismos ou na mobilização de recursos institucionais existentes (Woortmann, 1987).

Em conjunto, esses dois tipos (T1 e T2) de grupos domésticos bem pequenos e sem convivência de diferentes gerações com elos genealógicos chegam a representar, em 2000, mais de 20% dos domicílios com responsáveis mais jovens (até 39 anos) e quase 40% daqueles com responsáveis idosos (65 anos e mais), que vivem numa fase do ciclo de vida familiar caracterizada pela retração ou dispersão do grupo doméstico (Souza, 2003, p.17). Esse é o tipo de composição que predomina entre os responsáveis idosos; fato plenamente compatível com o maior envelhecimento macro-demográfico da Bahia. Mas esse conjunto de tipos domicílios (T1 e T2) com responsáveis idosos só representam menos de 6% do conjunto dos domicílios classificados.

Entretanto, é o tipo 3 (T3) de composição de grupo doméstico (pais e filhos, ou um dos pais, sem o cônjuge, com os filhos) que tem peso preponderante entre os responsáveis que se encontram num momento de constituição de família (até

39 anos) e os que estão em idade madura (40-64 anos) e com proles ou descendências já construídas, totalizando, respectivamente, 75,5% e 65,0% (Quadro 1). Mas, vale distinguir que, para 72,1% dos responsáveis com menos de 40 anos, os filhos estão com menos de 18 anos. Para 37,3% dos responsáveis com 40-64 anos e filhos com mais de 18 anos, na maioria dos casos (34,1%), os filhos estão entre 18-29 anos e, em proporção diminuta (3,2%), com 30 anos e mais. No caso dos responsáveis de 65 anos e mais, o percentual com esse tipo 3 de composição do grupo doméstico cai para 29,2%; mas, na maior parte dos casos, os filhos têm 30 anos e mais, estando muitos em idade madura.

O tipo 4 (T4) de composição (casal com filhos e netos, ou responsável sem cônjuge com filhos e netos, ou ainda, casal ou responsável com netos, sem a presença de filhos), praticamente inexistente (0,9%) entre os responsáveis com menos de 40 anos, tem baixa frequência (18,1%) entre os de 40-64 anos e alta frequência (33,5%) entre os mais idosos (65 e mais). Contudo, como os domicílios com responsáveis entre 40-64 anos têm um peso relativo maior dentro do universo estudado, o tipo T4 têm presença expressiva no quadro social delineado. Para os responsáveis com 40-64 anos, as configurações desse tipo T4 se concentram, sobretudo, em duas categorias de composição do Quadro 1: na categoria 22, que reúne responsável, cônjuge, filhos de 18-29 anos e netos e na categoria 23, que reúne responsável (sem cônjuge), filhos de 18-29 e netos, que, juntas, abarcam 11,7% dos casos.

Para 23,2% dos responsáveis de 65 anos e mais, são sete as categorias do Quadro 1 (20, 21, 22, 23, 24, 25 e 27) que envolvem, na sua composição, membros de 3 gerações (ou de 4, em casos raros) com elos de descendência, sendo que os filhos podem estar em fases distintas do ciclo de vida – menos de 18 anos, entre os 18-29 anos ou com 30 anos e mais –, o que implica estruturas bem mais complexas do grupo doméstico, com conseqüências diferentes para as condições de sociabilidade e a reprodução de estratégias de pro-

teção e ajuda mútua, como as que se quer estudar via trabalho de campo. Duas categorias de composição apresentam menor recorrência, mas ilustram a diversidade de configurações de composição de grupos domésticos entre os responsáveis das gerações mais velhas: a que engloba 4,6% dos domicílios compostos de responsável, cônjuge, netos, pai ou mãe do responsável e a que reúne 5,7% de domicílios pequenos com apenas responsável e netos.

O tipo 5 de composição do grupo doméstico – que reúne responsável, cônjuge, pai ou mãe do responsável ou cônjuge e filhos – é uma configuração residual para responsáveis de todas as faixas etárias, embora seja um pouco mais freqüente entre os mais jovens.

É importante destacar que o aumento da proporção mães de 15-19 anos, já referido, pode estar ampliando ou mantendo a alta a recorrência do tipo 4 de grupo doméstico, especialmente nas camadas mais pobres, onde as jovens costumam ter menor escolaridade (até 3 anos e 4-7 anos de estudo) – ver Gráfico 2 e Aquino, Heilborn e Knauth (2003). A iniciação sexual precoce, entre jovens pobres e pouco escolarizadas, levando a experiências de gestação ou de procriação fora do casamento, é uma prática antiga e muito recorrente nas classes populares da Bahia, como analisaram Woortmann (1987), BEMFAM (1980) e Souza (1990), mas está se tornando mais recorrente. O estudo de Aquino, Heilborn e Knauth (2003), realizado também em Salvador, confirma aspectos observados nesses estudos anteriores e aportam novas evidências da persistência dessa prática, mesmo num momento de consolidação de padrões de procriação bem restrita no seio das classes populares; essa persistência é determinada, em grande medida, pelas condições de vida, que forçam essas jovens a terem uma juventude abreviada.

Entre outras coisas, esse estudo constata que, em 74,2% dos casos, a primeira gravidez ocorreu fora de união conjugal, mas com parceiros com os quais tiveram sua iniciação sexual, e que só em poucos casos (2,5%) resultou de relacionamento eventual. Em geral, os parceiros eram mais velhos

– com 2 a 4 anos de diferença (35,1%) ou 5 anos e mais (39%) – e a ocorrência da primeira gravidez motivou o casamento em 39,3% dos casos. Contudo foi bem expressiva a proporção de jovens mães para as quais o nascimento do primeiro filho não levou à saída da residência dos pais (36%). Em vista da diversidade de manifestação do fenômeno, o aumento na recorrência dessas experiências, na conjuntura da virada do século, precisa ser mais bem compreendido, nas suas determinações e implicações.

Resultados de Souto (2005),<sup>9</sup> também obtidos pela combinação de micro-dados da amostra de domicílios, com o da amostra de indivíduos do Censo 2000 para a Bahia, mostram que varia, conforme o segmento social, o tipo de grupo doméstico ao qual se integram as jovens mães de 15-19 anos, após o surgimento da primeira gestação ou após o nascimento do primeiro filho. Ou seja: 1) entre as jovens mães com até 3 anos de estudo, 49,5% constituem algum tipo de união conjugal, passando a compor novo grupo doméstico com o cônjuge, e 30,7% permanecem em casa dos pais; 2) entre as com 4-7 anos de estudo, 39,9% constituem algum tipo de união, passando a compor novo grupo doméstico com o cônjuge, e 38,3% permanecem em casa dos pais; 3) entre as com 8 anos e mais de estudo, 34,8% constituem algum tipo de união, passando a compor novo grupo doméstico com o cônjuge, e 45,3% permanecem em casa dos pais. A integração em grupos domésticos com outra composição (morar só, com irmãos ou com avós) é muito pouco freqüente nas 3 classes de anos de estudo.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ANALISADOS E AS HIPÓTESES DE PESQUISA

Esses primeiros achados da pesquisa indicam que a consolidação dos novos padrões de

<sup>9</sup> Souto, Baiena Feijolo. “Novos padrões de sucessão das gerações e estruturas das famílias na Bahia, na virada do século”. PIBIC-UFBA 2004-2005. Sub-projeto que integra a pesquisa por mim coordenada.

sucessão das gerações na Bahia, nessa virada de século, fez surgir um novo quadro social de configurações de tamanho, composição e estruturas de proles, descendências e grupos domésticos que, muito provavelmente, vêm importando em novos modos e condições de se organizar a reprodução da vida cotidiana, inclusive no âmbito das redes de sociabilidade primária, inter e intrafamiliar. Tais modos e condições de se tecerem a reprodução da vida cotidiana e as estratégias de solidariedade, ajuda mútua e proteção aos membros mais vulneráveis das famílias, assim como os encargos, facilidades ou dificuldades enfrentadas por atores sociais com distintas características não foram abordados no presente artigo, pois ultrapassavam os seus objetivos. Mas, serão objeto de recortes específicos, com dados censitários, para se chegar a resultados mais conclusivos na continuidade da investigação, agora orientada pelos achados aqui reunidos.

Mesmo sem análises referidas a esses aspectos, o material discutido aponta para o fato de que as reduções de tamanho das proles, descendências e grupos domésticos observadas não vêm implicando alívios lineares de pressões, custos e encargos relativos à sustentação da família, à criação e socialização de filhos e à proteção aos membros mais vulneráveis da família, para todos os segmentos sociais e grupos geracionais.

Esses alívios podem estar ocorrendo em segmentos com alguma escolaridade (4-7 anos de estudo) e mais escolarizados (8 anos e mais de estudo), mesmo nas gerações que chegaram a 2000 com 40-49 anos, assim como entre mais jovens (30-39 anos e menos) com pouca ou nenhuma escolaridade (até 3 anos de estudo), que são aqueles que apresentaram redução significativa dos tamanhos médios de proles entre 1991-2000 e chegaram a 2000 com médias de filhos sobreviventes por mãe abaixo de 4, ou bem abaixo disso, como mostrou a Tabela 3. Esse fato pode vir a significar facilidades para as condições de vida familiar, em fases subseqüentes do ciclo de vida dessas mães. Inclusive porque os impactos macro-demográficos da redução das proles e descendências foram muito marcantes, como mostra Belas (2003, p.56): o

total de crianças de 0-14 anos na Bahia, entre 1991-2000, reduziu-se a uma taxa de -1,32% ao ano, passando o peso relativo desse grupo de 34,7% em 1991 para 29,6% em 2000. Além disso, as taxas de crescimento médio anual nos grupos etários de 15 e 34 anos mostraram sistemática desaceleração de 1980-1991 para 1991-2000. E isso vem suavizando a pressão de demandas sociais de crianças e jovens.

Contudo, não existe qualquer evidência de elevação significativa e sustentada da renda familiar ou da renda familiar per capita depois de 1980, para esse conjunto de baianas, em decorrência da acentuada redução dos tamanhos das suas proles e descendências. E essa é uma hipótese que precisa ser bem testada, já que, nesse início de século, ainda há quem repita, monocordicamente, a velha receita anti-natalista e neo-malthusiana de buscar reduzir a pobreza pela redução da fecundidade.

Por seu turno, as mães com até 3 anos ou 4-7 anos de estudo e de gerações com 40 anos e mais, que viveram suas carreiras reprodutivas até os anos 80 e que têm em 2000 proles ou descendências com 4 ou mais filhos sobreviventes, compondo grupos domésticos mais complexos (tipo 4 do Quadro 1), estão possivelmente expostas a maiores pressões, custos e encargos de sustentação das famílias. Nessa conjuntura desfavorável, em termos macro-econômicos e sociopolíticos, analisada em Ivo (2001, 2003), Carvalho (2001), Borges (2001), Borges e Druck (2002), Montali (2004) e outros, esses segmentos menos escolarizados, os mais pobres, enfrentam agravadas dificuldades nas condições de trabalho, habitação, educação e atenção à saúde, inclusive porque as novas políticas sociais são eminentemente assistencialistas, focalizadas em alguns segmentos e fragmentos de necessidades sociais e exigem, dos próprios pobres, soluções “criativas” para sua pobreza (Ivo, 2001, 2003).

Assim, a maior recorrência de tal configuração de composição de grupo doméstico grande e complexo, em tal conjuntura, pode estar significando uma confluência de circunstâncias suficientes para a inviabilização de velhas estratégias de

solidariedade, ajuda mútua e proteção aos membros mais vulneráveis das famílias, que tiveram alguma efetividade como forma de sustentação de condições de vida em redes intra e inter familiares, nas classes populares da Bahia, em outros momentos da vida social (como as estudadas por Woortmann, 1987).

Os resultados preliminares discutidos neste artigo apóiam algumas das principais hipóteses originais do projeto referentes a essas gerações e apontam a necessidade de melhor formulação de outras, especialmente da hipótese principal. Ou seja, a que admitia, como muito provável, que, na presente conjuntura: *“tornaram-se relativamente mais onerosos os encargos familiares, as pressões ou os constrangimentos para os adultos maduros (sobretudo mulheres ou casais entre 40-64 anos), aqueles que ainda têm filhos jovens, completa ou parcialmente dependentes, e pais idosos – quer ainda ativos, mas com menor capacidade de trabalho, quer inativos com ou sem cobertura previdenciária”*. Essa hipótese precisa, agora, ser melhor definida e detalhada, face aos resultados encontrados, visando à continuidade do processo de investigação.

Por esses resultados, não seriam apenas (ou principalmente) as mulheres ou casais muito proflícos entre os 40-64 anos os que estariam enfrentando ônus agravados para a sustentação de seus grupos domésticos, grandes e complexos (do tipo 4). Isso atingiria, também, boa parte dos que estão acima dos 65 anos, já que o tipo 4 de composição tem maior frequência (33,5%) entre os mais idosos, apesar de eles constituírem menor parcela do universo de responsáveis por domicílios.

Os significados das estratégias familiares realizadas por esses responsáveis, contudo, podem assumir dois sentidos distintos: 1.º) o de estratégias de acolhimento de filhos com 18-30 anos ou 30 anos e mais (com ou sem suas famílias) em situações de crise (p. ex.: separação, desemprego, gravidez fora de união conjugal, sobretudo de jovens de 15-19 anos); 2.º) o de estratégias de proteção aos pais bem idosos ou sozinhos (separados ou viúvos), em vista da necessidade de intensificação de cuidados com eles, sem que percam o

status formal de responsáveis, centradas na incorporação de filhos mais velhos (com ou sem suas famílias) nos domicílios dos pais. O recurso mais freqüente a essa última estratégia é compatível com o quadro de extraordinário crescimento médio anual da população de 70 anos e mais na Bahia (3,59% ao ano), o grupo etário que mais cresceu entre 1991-2000, sobretudo entre mulheres, em vista da expansão dos ganhos de longevidade (Belas, 2003, p.56).

Finalizando, vale antecipar que, com base nessas conclusões provisórias, serão tentados novos recortes que possibilitem uma apreensão direta das possíveis estratégias familiares realizadas pelos grupos domésticos dos tipos identificados, ainda que com as limitações de um recorte mais quantitativo, e serão testadas hipóteses complementares, referidas neste trabalho e que permitirão maior clareza no delineamento das questões centrais da investigação, antes da realização do trabalho de campo.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2005)  
(Aceito em março de 2005)

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L.; KNAUTH, D. et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Caderno de Saúde Pública*, v.19, supl.2, p.377-388, 2003.
- AZEVEDO, T. *Ciclo da vida. Ritos e ritmos*. São Paulo: Ática, 1987.
- BELAS, A. Características do processo de envelhecimento demográfico em curso na Bahia. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. 2v. (Série estudos e pesquisas, 60).
- BEMFAM. *Pesquisa sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar - Bahia*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1980.
- BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M.C.; CAVENAGHI, S. Arranjos familiares não-canônicos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Brasília: ABEP, 1996.
- \_\_\_\_\_; CAVENHAGI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e suas variações entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, *Anais...*, Campinas: ABEP, 2004.
- BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. In: UNICEF *10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: elementos para a reflexão*. [S.l.]: 2001. 70p. il.
- BORGES, A.; DRUCK, M.G. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Hu-*

- manos da UFBA, Salvador, n.37, p.111-139, jul./dez., 2002.
- BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CARVALHO, I.M.M. Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.35, p.123-147, jul./dez., 2001.
- CARVALHO, M.R. Ritos e ritmos do dia-a-dia. In: AZEVEDO, T. *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida*. Recife: Editora Massangana, 2004. p.369-379.
- COSÍO, M.A.Z. *Cambios de fecundidad en México y políticas de población*. México: El Colegio de México y Fondo de Cultura Económica, 1992. 325 p.
- DÁVILA, A.L.; SÁNCHEZ-AYÉNDEZ, M. El envejecimiento de la población en Puerto Rico y sus repercusiones en los sistemas informales de apoyo. In: WELTI, C. *Dinámica demográfica y cambio social*. México: IIS-UNAM, FUNUAP, MacArthur, 1996. p.17-26.
- DRUCK, G. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.37, p.11-22. jul./dez., 2002.
- GARCIA, B.; ROJAS, O. *Transformaciones recientes en las familias latinoamericanas: una perspectiva sociodemográfica*. México: Colégio de México, 2002. Mimeo.
- GOLDANI, A.M. Arranjos familiares no Brasil dos anos 90: proteção e vulnerabilidades. *Como vai? População brasileira*. Brasília: IPEA, v.3, n.3, p.14-23, 1998.
- IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas informação demográfica e sócio-econômica n.21).
- IVO, Anete B.L. A destituição do 'social': estado, governo e políticas sociais. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.35, p.41-84. jul./dez., 2001.
- \_\_\_\_\_. Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 90: novas teses, novos paradigmas. In: SEI. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI/Gov. da Bahia, 2003. p.7-28 (Série estudos e pesquisas).
- JELIN, E.; FEIJÓO, C. Trabajo y familia en el ciclo de vida femenino: el caso de los sectores populares en Buenos Aires. *Estudios CEDES*, Buenos Aires, v.3, n.8/9, 1984.
- LEÓN, J.G.; PARKER, S. *Bienestar y jefatura femenina en los hogares mexicanos*. In: LÓPEZ, M.P.; SALLES, V. (Orgs.). *Família, gênero y pobreza*. México: Miguel Angel Porrúa, 2000. p.11-45.
- MADEIRA, F.R.; BERCOVICH, A. *A 'onda jovem' e o seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo*. Planejamento e Políticas Públicas: revista IPEA, São Paulo, v.1, n.1, 1989.
- MERRICK, T.W.; BERQUÓ, E.S. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington, D.C.: National Academy, 1983. 241 p.
- MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, ABEP, v.21, n.2, p.196-216, jul./dez., 2004.
- MORTARA, G. *et al.* A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o Censo de 1950. In: FIBGE. *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: 1970. p.66-79.
- NÉGADI, G.; VALLIN, J. La fecondité des Algériennes: niveau et tendances. *Population*. Paris, Institut National d'Études Démographiques, n.3, p.491-516, maio/jun., 1974.
- OLIVEIRA, M.C.F.A.; BERQUÓ, E. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS, p. 30-64, 1990.
- OLIVEIRA, M.C. (Org.). *Demografia da exclusão social*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2001.190 p.
- QUESNEL, A.; LERNER, S. *El espacio familiar en la reproducción social: grupos domésticos residenciales y grupos de interacción*. In: OLIVEIRA, O.; LEHALLEUR, M.P.; SALLES, V. (Orgs.). *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. México: Miguel Angel Porrúa, *El Colegio de México*, 1989. p.39-79.
- QUILODRÁN, J. *Niveles de fecundidad y patrones de nupcialidad en México*. México: El Colegio de México, 1991. 244 p.
- SALLES, V.; TUIRÁN, R. *Cargan las mujeres com el peso de la pobreza?* In: LÓPEZ, M.P.; SALLES, V. (Orgs.). *Família, gênero y pobreza*. México: Miguel Angel Porrúa, 2000. p.47-94.
- SILVA, L. R.; LEAL, N.C.M. El anciano, la enfermedad crónica y su familia. In: WELTI, C. *Dinámica demográfica y cambio social*. México: IIS-UNAM, FUNUAP, MacArthur, 1996. p.37-53.
- SOUZA, G. A. A. de. Deixar vir os filhos. A produção de proles numerosas. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.13, p.5-37, jul./dez., 1990.
- \_\_\_\_\_. A hipótese da convergência: uma ilusão de ótica. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.15, p.47-69, jul./dez., 1991.
- \_\_\_\_\_. Procriação intensa na Bahia: uma "naturalidade" socialmente construída. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador*, n.17, p.57-79, jul./dez., 1992.
- \_\_\_\_\_. Difusión de práticas para limitar la procreación: momentos, mecanismos y determinantes. *Notas de Población*, Santiago do Chile, v.23, n.61, p.9-28, jun., 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sucessão das gerações na Bahia. Reencontro de uma totalidade esquecida*, 1996. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH-UNICAMP, Campinas.
- \_\_\_\_\_; MURICY, I. *Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia de 1940-1997*. Salvador: SEI, n.52, 2001. 86 p. (Série estudos e pesquisas).
- \_\_\_\_\_. Padrões de sucessão das gerações. Persistências e mudanças históricas. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v.20, n.1, p.5-28, jan./jun., 2003. 316 p.
- WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987. 316 p.
- WRIGLEY, E.A. *História y población. Introducción a la demografía histórica*. Madrid: Guadarrama, 1969.